



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AOS PROJETOS DE  
LEI Nº 2.775, DE 2019, Nº 4.255/2019, Nº 4.706/2019, Nº 145/2022 E Nº  
184/2024**

Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para permitir a comercialização interestadual e a participação em feiras, concursos e provas internacionais de produtos alimentícios artesanais inspecionados, inclusive, pelos serviços de inspeção municipais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei autoriza a comercialização interestadual e a participação em feiras, concursos e provas internacionais de produtos alimentícios artesanais inspecionados pelos serviços de inspeção municipais.

Art. 2º O art. 10-A da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 10-A. É permitida a comercialização interestadual bem como a exportação para participação em feiras, concursos e provas internacionais de produtos alimentícios produzidos de forma artesanal, com características e métodos tradicionais ou regionais próprios, empregadas boas práticas agropecuárias e de fabricação, desde que submetidos à fiscalização de órgãos de saúde pública dos Estados, Municípios, do Distrito Federal ou de consórcios desses entes federativos.*



§ 1º O produto artesanal será identificado, em todo o território nacional, por selo único com a indicação ARTE, conforme regulamento.

§ 2º O registro do estabelecimento e do produto de que trata este artigo, bem como a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização do produto, no que se refere aos aspectos higiênico-sanitários e de qualidade, serão executados em conformidade com as normas e prescrições estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

§ 3º As exigências para o registro do estabelecimento e do produto de que trata este artigo deverão ser adequadas às dimensões e às finalidades do empreendimento, e os procedimentos de registro deverão ser simplificados.

§ 4º A inspeção e a fiscalização da elaboração dos produtos artesanais com o selo ARTE deverão ter natureza prioritariamente orientadora.

§ 5º Até a regulamentação do disposto neste artigo, fica autorizada a comercialização dos produtos a que se refere o caput deste artigo, ressalvada a hipótese de exportação, que será permitida somente após a sua regulamentação.

§ 6º Os produtos da agroindústria de pequeno porte não caracterizados como artesanais, na forma do regulamento, poderão ser comercializados em todo o território nacional, desde que sejam submetidos à fiscalização de órgãos de saúde pública dos Estados, Municípios, do Distrito Federal ou de consórcios desses entes federativos.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala da Comissão, em 15 de outubro de 2025.

**Deputado Lafayette de Andrada**  
**Presidente**

Apresentação: 16/10/2025 12:58:33.887 - CDE  
SBT-A 1 CDE => PL 2775/2019

**SBT-A n.1**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259804894700>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Lafayette de Andrada

